

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: ‘Pré-sal é o que há de mais atrativo’, diz IHS Markit	2
Título: Brasil veio para ficar no mercado de petróleo, diz AIE	6
Título: Destaques	8
Título: Petrobras avalia venda de ativos via mercado de capitais	8
Título: Dívidas antigas podem ampliar o número de usinas em recuperação	9
Título: Preço baixo do açúcar deve manter etanol no foco em 2020/21	11
Título: Os desafios de um código brasileiro de energia	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Novo front.....	15
Título: CPI quer consulta sobre reestatização da Vale.....	15
Título: CPI de Brumadinho pedirá indiciamento de 22 por homicídio.....	16
Título: MPF volta a pressionar a União	17
Título: Militares ignoram orientações de proteção	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	19
Título: Fundo árabe elege Brasil como vitrine para seus negócios a partir de 2020	19
Título: Governo estuda até fim do monopólio da Petrobras para reduzir preço de voo	22
Título: Procuradoria recorre à Justiça e diz que plano antióleo não foi acionado.....	24
VEÍCULO: O Globo.....	25
Título: Populismo regulatório.....	25
Título: Após 60 dias, manchas de óleo crescem e dependem da ação de voluntários.....	27
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	29
Título: Suspeita de vazamento ao transferir óleo	29

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/10/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito e Francisco Góes — Do Rio****Título: 'Pré-sal é o que há de mais atrativo', diz IHS Markit**

As jazidas de petróleo do Brasil no pré-sal representam o que há de mais atrativo na indústria de óleo e gás, na visão de Carlos Pascual, vice-presidente sênior da IHS Markit, uma das principais empresas globais de informação, análise de dados e consultoria da área de energia. “O que está em oferta no Brasil no dia de hoje [no pré-sal] não tem comparação com qualquer outro país na América Latina”, disse Pascual. Para ele, trata-se ainda de um dos melhores ativos do mundo. Dois pontos sustentam o argumento: a produtividade dos campos e as melhorias regulatórias feitas nos últimos anos. “O Brasil tem os recursos petrolíferos offshore mais produtivos do mundo, quando você pensa que um poço [no pré-sal] pode ter produtividade de 60 mil barris por dia. No Golfo do México, é algo como 12 mil a 13 mil barris por dia. São quatro vezes mais.”

Nascido na Havana, em Cuba, e criado desde pequeno nos Estados Unidos, Pascual tem longa carreira diplomática pelos EUA, tendo servido em diversos países, inclusive no México, onde mora hoje. A IHS Markit, da qual ele é um dos principais executivos, é uma empresa “global e local”, afirma. Tem escritórios em mais de 30 países, e cerca de 15 mil colaboradores no mundo. A companhia é resultado da compra pela IHS, em 2004, da Cambridge Energy Research Associates (CERA), fundada por Daniel Yergin, considerado como um dos “papas” da indústria de petróleo.

O que está em oferta no Brasil no dia de hoje não tem comparação com qualquer outro país na América Latina”

Yergin é vice-presidente da IHS, que presta serviços não só a empresas da área de energia, mas também a outros setores, como automotivo, aeronáutico, de tecnologia e financeiro. Nesta entrevista, realizada ontem no escritório da IHS Markit, no Rio, Pascual também falou sobre geopolítica do petróleo, área que está diretamente sobre sua influência na companhia. Para ele, um possível acordo comercial entre EUA e China terá papel-chave para o mercado de petróleo. Leia a seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Que efeitos os atentados sobre a Saudi Aramco tiveram sobre o mercado de petróleo?*

Carlos Pascual: O ataque na refinaria e nos campos da Saudi Aramco teve um impacto estrutural não somente no mundo de petróleo e gás, mas sobre questões de segurança. O episódio mostrou que, com um ataque, foi possível derrubar mais de 50% da produção da Saudi Aramco em um dia e afetar o exportador número um de petróleo do mundo. O impacto imediato era esperado: o preço subiu a US\$ 69 por barril. Mas o que não se esperava era que o preço subisse somente até ali e que, um mês depois, o preço estivesse outra vez em US\$ 60 por barril. Isso mostra duas coisas. A primeira é a fragilidade que existe na demanda e a incerteza não somente do mercado de petróleo, mas também em relação à falta de um acordo entre Estados Unidos e China, o que afeta o crescimento econômico do mundo e os mercados de commodities e de equity [ativos reais]. Isso tem implicações para o futuro da demanda de petróleo. Hoje a demanda não só é frágil, mas incerta. Vimos, por outro lado, uma nova capacidade de produção que considera o shale gás nos Estados Unidos e sua interação com os países da Opep e desta com a Rússia. O que tem ocorrido é uma redefinição sobre como funciona o mercado de petróleo hoje entre incertezas relacionadas a questões geopolíticas e econômicas.

Valor: *Mas essa dinâmica já existia. O que mudou?*

Pascual: Temos visto cada vez mais a necessidade de participação de investidores privados. O ataque à Saudi Aramco representa para a empresa saudita outro desafio, que é o seu IPO. A companhia precisa convencer o mercado e mostrar que ainda tem a capacidade de continuar no mercado e avançar na abertura de capital. Nesta semana haverá uma reunião da Saudi Aramco com investidores e um dos temas principais é como a Arábia Saudita pode assegurar que vai continuar a avançar com investimentos no país em ambiente em que há insegurança e incerteza. Essa é uma parte nova da equação. Cito outro ponto: se olharmos do ponto de vista de segurança, há três países - EUA, Rússia e China - que têm uma capacidade militar assimétrica em relação a outros países. Quando se passa de um mundo de capacidade militar convencional ou nuclear para um mundo de ameaças cibernéticas e o uso de drones, essa diferença [entre os países] diminui pelo custo e acesso de tecnologia. Mas cria-se outra assimetria porque o uso dessas ferramentas é baixo, mas o impacto pode ser enorme. Passa-se, assim, de uma assimetria de poder para uma assimetria de impacto que leva os países a mudar a forma como pensam sua segurança. EUA, Rússia e China vão ter que pensar a segurança para o futuro. Países democráticos e abertos idem, pois podem ser mais vulneráveis. Quais são as implicações para o setor energético, não só petróleo e gás, mas refinarias, plantas de geração de energia, usinas nucleares?

Há uma vulnerabilidade contra a qual é muito difícil se defender. É algo que não tínhamos visto de modo tão profundo antes da Aramco.

Valor: *A abertura de capital da Saudi Aramco está mantida?*

Pascual: Vão seguir avaliando. Estão usando o petróleo para facilitar os recursos necessários para fazer outros investimentos que os ajudem a diversificar a economia.

Valor: *A Opep avalia cortar 1,2 milhão de barris/dia. Haverá efeitos nos preços a curto prazo?*

Pascual: A parte mais difícil dessa equação é a demanda. As petroleiras têm controle sobre a parte da produção, volume de investimento e equipe de perfuração, por exemplo. Mas o outro lado do mercado pode depender de muitas coisas. Hoje uma das principais é se haverá um acordo entre EUA e China e o que ele vai abarcar. Pode ser que haja um acordo-ponte [transitório]. Isso pode ser reforçado pelo interesse do presidente dos EUA [Donald Trump] de se reeleger. Do lado de China, é preciso ver como o acordo pode afetar crescimento econômico e a capacidade de exportar.

Valor: *A morte do líder do Estado Islâmico terá efeito de curto prazo no mercado de petróleo?*

Pascual: Não tem impacto imediato no mercado. O assunto principal vai ser como vai evoluir o balanço de segurança no Oriente Médio, como vai afetar os produtores de petróleo e se vai criar mais certeza.

Valor: *Vê com preocupação o momento que vive a América Latina?*

Pascual: Temos visto protestos por toda a região por fatores distintos. Pode ser o preço da gasolina ou o preço do transporte. Os protestos indicam um nível de preocupação com a iniquidade social. Vamos ver mais desse tipo de protesto. As condições podem ser distintas, em diferentes países, mas as tendências são as mesmas. A questão é como reagir de uma maneira construtiva para controlar essas preocupações e resolvê-las.

Valor: *Algo parecido ao Chile pode acontecer no Brasil?*

Pascual: Creio que ninguém tem essa resposta. Quem teria imaginado, quando esses protestos começaram no Chile, que um dos resultados seria o presidente pedir desculpas e destituir o gabinete? É quase impossível de prever.

Valor: *O Brasil retomou as vendas de áreas de petróleo e terá agora o leilão do excedente da cessão onerosa. Como avalia o interesse dos investidores no Brasil?*

Pascual: O Brasil tem os recursos petrolíferos offshore mais produtivos do mundo, quando você pensa que um poço [no pré-sal] pode ter produtividade de 60 mil barris por dia. No Golfo do México, é algo como 12 mil a 13 mil barris por dia. São quatro vezes mais. Outra parte fundamental foram as reformas dos últimos dois anos, abrindo a possibilidade de haver outros operadores [no pré-sal], não somente a Petrobras. A renovação do Repetro deu ao investidor uma confiança de que o investimento pode ser competitivo em comparação com outros países. Outro ponto importante foram as mudanças de requisitos de conteúdo local, que foram equilibrados de modo a atender às necessidades do Brasil, mas sem exigência que torne impossível produzir a custo competitivo.

Valor: *O Brasil está em uma posição privilegiada em relação a outros países da região quando se olha para investimentos em petróleo?*

Pascual: O que está em oferta no Brasil no dia de hoje não tem comparação com qualquer outro país na América Latina. É claramente o mais atrativo que há em toda a região. E diria que, para o offshore, se não é o mais atrativo, é uma das ofertas mais atrativas que estão no mercado globalmente.

Valor: *O que podemos esperar para o Brasil no futuro como produtor e exportador de petróleo?*

Pascual: Primeiro que não será apenas produção de petróleo, mas produção de gás. Esse será um fator importante para o Brasil. Será como assegurar que o gás seja competitivo no mercado. Vai ser importante porque, com a preocupação com a mudança climática e a emissão de dióxido de carbono, há movimento para mais uso de gás nos sistemas energéticos. Uma coisa fundamental para resolver essa questão não é somente a produção, mas o escoamento e como assegurar que o gás seja competitivo. Um ponto forte que o Brasil tem é que o desenvolvimento não será de apenas uma companhia, mas vai ser um desenvolvimento com sócios que virão de todo o mundo, que terão interesse de poder seguir desenvolvendo esse recurso, trazer os materiais e a melhor tecnologia. A aplicação da tecnologia digital, para reduzir custos, vai ser fundamental para a produtividade e a competência. Será importante e necessário atrair não somente investidores privados, mas que tragam com eles as melhores tecnologias. Outro assunto tem haver com a mudança climática. Há uma pressão por redução de emissões. É algo que teremos que fazer para sobreviver como planeta. Para o Brasil, como todos os países petroleiros, vai haver uma combinação de desafios. Um deles é como utilizar o petróleo para diversificar a economia. O mundo vai ter que descobrir cerca de 40 milhões de

barris/dia para o ano de 2040, para responder ao crescimento de demanda. O desafio é, de um lado, reduzir emissões, proteger o planeta e facilitar a transição energética para sistemas com menos uso de dióxido de carbono. De outro lado, o desafio é fornecer os hidrocarbonetos que serão necessários para apoiar o crescimento econômico da maneira mais eficiente possível.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/10/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Brasil veio para ficar no mercado de petróleo, diz AIE

Com os recordes sucessivos de produção no pré-sal, o Brasil será um dos pilares de sustentação do crescimento da oferta mundial de petróleo até 2030, atrás apenas dos Estados Unidos, estima a Agência Internacional de Energia. Diretor-executivo da AIE, o economista turco Fatih Birol conta que o Brasil “veio para ficar” como um dos principais supridores da commodity no mundo e que o megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, marcado para dia 6 de novembro, será “certamente um das maiores da história do setor”.

Em meio às tensões no Oriente Médio, após os ataques por drones às instalações sauditas, em setembro, ele acredita que a produção crescente do Brasil se trata de uma “adição bem-vinda à oferta internacional”, por trazer mais diversidade de suprimento ao mercado, contribuindo para a segurança global do petróleo. “Mas a Arábia Saudita continua sendo um importante exportador global”, ressaltou o executivo, em conversa exclusiva ao **Valor**, por e-mail.

A agência estima que o Brasil acrescentará mais 1,2 milhão de barris diários de óleo à oferta global até 2024, o que representaria um aumento de 45% frente aos níveis produzidos pelo país em 2018. Segundo Birol, ainda é cedo para afirmar se o atual ritmo de crescimento brasileiro se manterá na segunda metade da próxima década. A tendência, contudo, é de alta.

“Graças às mudanças no marco regulatório, esperamos que a produção do Brasil cresça muito fortemente nos próximos anos. A próxima rodada de licitações dos excedentes é, certamente, uma das maiores da história do setor global de petróleo e o alto nível de interesse é um reconhecimento dos esforços do Brasil [nas reformas regulatórias] nos últimos anos”, comentou o executivo,

em referência ao leilão que ofertará de 6 bilhões a 15 bilhões de barris, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Sobre a quebra do monopólio do refino, Birol vê com cautela as perspectivas de que a abertura do setor desencadeie em novas refinarias. “Globalmente, vemos poucos investimentos em refino fora da Ásia e do Oriente Médio”, disse.

Birol veio ao Brasil para apresentar uma palestra sobre a transição energética, hoje, na Offshore Technology Conference (OTC), no Rio. Embora as grandes multinacionais do setor estejam aumentando seus investimentos em renováveis, o executivo ainda vê um papel relevante para as petroleiras nas próximas décadas, já que o mundo ainda “precisará de óleo e gás por muitos anos”.

“A demanda [por petróleo] não desaparecerá da noite para o dia. No longo prazo, porém, as petroleiras verão oportunidades para [usar] seus conhecimentos técnicos e recursos financeiros na mudança gradual em direção às energias renováveis e à economia de baixo carbono”, comentou.

O economista turco vê com certo ceticismo o alcance das metas do Acordo de Paris, de 2015. A AIE mapeia como a indústria de energia está progredindo rumo ao cumprimento da meta climática e de compromissos como o acesso universal à energia e a redução substancial da poluição do ar nas cidades. Dos 45 setores críticos rastreados pela agência, apenas sete estão no “caminho certo”. “Se levarmos em consideração todas as políticas existentes e anunciadas em todo o mundo que analisamos, o mundo não está no caminho de reduzir as emissões, de acordo com o Acordo de Paris”, disse Birol.

Com o aumento da frota de carros elétricos, a AIE acredita que o setor de transporte deixará de ser o principal impulsionador da demanda global por petróleo. “[Os petroquímicos] devem responder por mais de um terço do crescimento do consumo até 2030 e quase a metade até 2050, à frente de caminhões, utilitários esportivos, aviação e transporte marítimo”, afirmou.

Embora a AIE não publique projeções de preços, Birol disse ainda que não vê perspectivas de uma valorização acentuada do barril até meados de 2020, exceto se houver uma crise geopolítica. Ele lembrou que o mercado mundial passa por uma desaceleração. Ainda assim, a demanda global de petróleo deve crescer, anualmente, mais de 1 milhão de barris/dia no médio prazo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/10/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Furnas volta aos leilões

Furnas, subsidiária da Eletrobras, busca eventuais parceiros para disputar o leilão do governo federal em dezembro que oferecerá concessões para a construção de novos projetos de transmissão de energia, informou a Reuters, citando informações publicadas ontem no site da companhia. O interesse, se concretizado, marcaria o retorno de Furnas às licitações após seis anos. A companhia arrematou o último projeto em leilões de transmissão em dezembro de 2013, e desde então chegou até a ser vetada em algumas concorrências pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) devido ao atraso excessivo em empreendimentos no setor. Após uma acelerada expansão dos investimentos e de participações agressivas nos certames do governo até o fim de 2014, Furnas e outras subsidiárias da estatal ficaram fora das últimas licitações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/10/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Petrobras avalia venda de ativos via mercado de capitais**

A estatal está disposta a investir, no leilão dos excedentes da cessão onerosa, mais do que os US\$ 9 bilhões que receberá da União

A Petrobras pretende repetir o modelo da venda da BR Distribuidora e recorrer ao mercado de capitais para avançar com desinvestimentos de ativos como a Braskem, Gaspetro, seus gasodutos marítimos de escoamento e termelétricas. A informação foi apresentada ontem pelos diretores da companhia, a investidores, segundo a XP Investimentos. A estatal sinalizou, ainda, que está disposta a investir, no leilão dos excedentes da cessão onerosa, no dia 6 de novembro, mais do que os US\$ 9 bilhões que receberá da União.

O valor equivale a cerca de um terço do bônus de assinatura fixado pelo governo para a rodada e diz respeito à quantia que a estatal receberá pela renegociação do contrato da cessão onerosa - que em 2010 cedeu à petroleira o direito de produzir 5 bilhões de barris, no pré-sal, como parte do processo de capitalização que resultou no aumento da fatia da União na companhia.

Segundo a XP, a diretoria da Petrobras anunciou que sua participação no leilão dos excedentes não estará limitada aos US\$ 9 bilhões que receberá.

Sobre os desinvestimentos, o comando da estatal disse que optará pela oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês), para vender os 51% que detém na Gaspetro, além de suas termelétricas e gasodutos offshore. No caso dos ativos de geração de energia, segundo a XP, a expectativa é que uma subsidiária seja criada, para reunir a maioria das usinas a gás e ativos de renováveis. Em seguida, haveria o IPO.

Modelo semelhante seria aplicado para a venda dos gasodutos offshore. Conforme informado pelo **Valor**, em setembro, a Petrobras estuda reunir todos os três gasodutos do pré-sal numa única empresa e, depois disso, privatizá-la por meio de um processo de abertura de capital. A petroleira negocia com seus sócios - Shell, Repsol e Galp - a formação de um Sistema Integrado de Escoamento (SIE) e avalia, ao fim, vender parte ou toda a sua fatia no ativo.

Sobre Braskem, a intenção é fazer uma oferta secundária de ações. De acordo com a XP, a Petrobras reiterou a intenção de propor a migração da petroquímica para o Novo Mercado, implicando na conversão de ações preferenciais em ordinárias e na transformação da empresa em uma “corporation”, com o controle pulverizado. Essa medida valorizaria as ações da Braskem, antes de uma eventual oferta secundária. De acordo com a XP, as iniciativas devem avançar no 1º trimestre de 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/10/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Dívidas antigas podem ampliar o número de usinas em recuperação

Apesar da queda dos juros na economia brasileira e da recuperação do mercado doméstico, especialmente no caso do etanol, usinas sucroalcooleiras que carregam dívidas antigas e com custo mais elevado terão dificuldades para resolver esses passivos, o que poderá resultar em mais pedidos de recuperação judicial no segmento. Essa é a avaliação de Ricardo Knoepfelmacher, presidente da consultoria RK Partners, que prevê ao menos mais dois pedidos no curto prazo e não descarta que mais uma dúzia de unidades sigam o mesmo caminho “no próximo trimestre”.

Segundo o assessor financeiro, que participou ontem de evento promovido pelo escritório Santos Neto Advogados na capital paulista, 23 usinas já entraram em recuperação judicial neste ano. Esse número foi “engordado” pelo pedido da Atvos, braço do Grupo Odebrecht que conta com nove unidades. No total, como já informou o **Valor**, são 93 usinas protegidas de credores na Justiça no país.

Para as empresas que veem na venda de ativos uma saída de curto prazo, Knoepfelmacher avaliou que há potencial para alguma recuperação do valor das usinas, mas ainda limitado. Ele não enxerga uma recuperação do valor dos ativos para o patamar observado na época de maior expansão do segmento, há alguns anos, quando ocorreram operações de aquisição equivalentes a US\$ 100 por tonelada de cana de capacidade instalada na indústria. “Aquela época acabou”, afirmou.

Enquanto negociações mais recentes de usinas consideradas “saudáveis” chegaram a ser fechadas por entre US\$ 70 e US\$ 80 por tonelada de cana, no caso das empresas em dificuldades o valor das operações pode cair para entre US\$ 10 e US\$ 15. “Depende se o canavial está muito depauperado, se a usina é muito antiga... de uma série de questões”.

Essa queda decorre não apenas da depreciação das usinas, mas também do excesso de ativos em oferta em tempos de poucos investidores interessados. O fundo americano Amerra, que tem US\$ 700 milhões em ativos no agronegócio em geral no Brasil - dentro de uma carteira global de mais de US\$ 2 bilhões - e que realizou alguns aportes em usinas brasileiras há dois ou três anos, é um deles, e as oportunidades que podem surgir o animam.

Ana Paula Gambogi, diretora da área jurídica do Amerra, disse ao **Valor**, durante o mesmo evento, que o fundo está estudando mais de um caso de usinas que vão a leilão dentro de processos de recuperação judicial, mas que também considera outras oportunidades. “Temos investimentos sendo mapeados [no agronegócio] para os próximos dois anos”, e eles incluem oportunidades no segmento sucroalcooleiro, afirmou a executiva.

Gambogi observou que os valores de um ativo podem variar muito de caso para caso, mas que, apesar da resistência da maior parte dos usineiros nas negociações, “muitas vezes a decisão não é mais dele”. “Pode variar de US\$ 15 a US\$ 60” por tonelada de cana de capacidade, disse.

Quanto às negociações com bancos a respeito das condições das dívidas existentes, Knoepfelmacher, que assessora diversas empresas do segmento,

entre elas a Atvos, está mais otimista. “Hoje os bancos querem conversar. Mas está começando agora, principalmente com as usinas melhores e maiores”, afirmou ele.

O assessor financeiro ressaltou, porém, que as usinas em dificuldades precisam saber o momento de entrar em recuperação para não perderem o acesso a um crédito que poderia financiar o capital de giro, que geralmente é elevado na atividade. “O melhor momento de entrar é no início da safra, quando há geração de caixa”, defendeu. Mas, segundo ele, esse cenário não significa que o segmento como um todo passará por mais dificuldades. “O setor de açúcar e álcool passou por um ciclo muito ruim e acreditamos que as coisas serão bem melhores daqui para frente”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/10/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Preço baixo do açúcar deve manter etanol no foco em 2020/21

Estoques elevados na Índia mantêm cotações do adoçante sob pressão

Diante do gigantesco volume de açúcar estocado na Índia, que deve ofuscar o efeito do déficit de produção estimado para a safra global atual (2019/20) sobre os preços da commodity, as usinas brasileiras deverão voltar a maximizar sua produção de etanol na próxima temporada nacional (2020/21), que começará em abril, segundo especialistas.

Embora as usinas brasileiras já estejam, nesta safra, próximas da capacidade total para a maximização da produção de etanol, alguns investimentos em destilarias deverão aumentar um pouco essa margem para a próxima temporada. Foi o que apontou Plínio Nastari, presidente da Datagro, durante evento promovido por sua consultoria ontem em São Paulo. Segundo ele, 34,3% da cana a ser moída deverá ser direcionada à produção de açúcar neste ciclo no Centro-Sul, o percentual tende a cair apenas marginalmente na próxima safra, para cerca de 34%, a depender da extensão do período de processamento da matéria-prima.

Um dos grupos que decidiram investir na estrutura industrial de produção do biocombustível foi a Cofco Agri, cujos aportes deverão aumentar sua capacidade de maximizar sua produção de etanol em 10%. Em apresentação, Marcelo de Andrade, presidente da divisão do grupo chinês para a área de soft commodities, afirmou que, quando a companhia foi buscar os fornecedores

para realizar os investimentos em etanol, notou que também havia demanda por parte de outras companhias.

Nastari ressaltou que a produção é incerta, já que a próxima safra de cana ainda dependerá do regime de chuvas do verão. Mas observou que as queimadas registradas em algumas áreas produtoras e o atraso no desenvolvimento das plantas são fatores negativos para a oferta de cana. O executivo indicou que a moagem não deve superar a quantidade estimada para a safra atual, em torno de 590 milhões de toneladas, mas que o volume também não deverá ficar abaixo do registrado na safra passada, de 573 milhões de toneladas.

O cenário mais alcooleiro é reforçado pelas avaliações a respeito da quantidade de açúcar nos estoques indianos. Tanto a chinesa Cofco como a trading francesa Sucden estimam que o volume armazenado no país está em 15 milhões de toneladas. “Nossas equipes que visitam usinas da Índia dizem que os armazéns estão sempre lotados de açúcar. Se não for 15 milhões de toneladas, não foge de 13 milhões”, afirmou Luiz Silvestre, diretor comercial da Sucden, em apresentação no evento.

O trader, porém, ressaltou que o cenário para o etanol também não está isento de riscos. Uma das ameaças é a possibilidade de uma recessão global e o impacto que isso pode ter para os preços do petróleo, já que a alta do fóssil vem garantindo competitividade para o biocombustível no Brasil. Outro risco é uma apreciação do real ante o dólar, que pode baratear o preço de importação de gasolina e, por tabela, pressionar o preço do etanol. Para Plínio Nastari, o risco cambial é ainda maior, já que o Brasil perdeu para Índia o papel de formador de preços de açúcar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/10/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Carlos Augusto Tortoro Jr.

Título: Os desafios de um código brasileiro de energia

Uma comissão especial da Câmara do Deputados está discutindo atualmente a elaboração de um projeto de lei que culminará na criação de um código brasileiro de energia elétrica. Essa iniciativa encontra terreno fértil para a unificação de normas esparsas, mas ao mesmo tempo também enfrenta desafios relativos à dinâmica do desenvolvimento tecnológico e a convergência de conceitos com outras codificações legais.

Não é novidade que o Brasil possui um arcabouço legislativo complexo, com uma infinidade de leis, decretos e resoluções em todas as esferas da federação.

Muitas vezes, essa miríade suscita contradições no tratamento de um mesmo tema, o que, conseqüentemente, gera a tão “famosa” judicialização e insegurança jurídica, sem contar o impacto em todos os setores da economia nacional. Também é válido destacar a existência do tratamento casuístico de certas questões que não leva em consideração os reflexos na sociedade civil e no mercado.

A coalização e unificação da legislação poderá tornar mais claro e compreensível o ambiente de negócios

Com o setor de energia não é diferente. Nas últimas três décadas a evolução normativa criou uma infinidade de regras e resoluções que atrapalham ou no mínimo tornam obscuro o ambiente de negócios para os investidores e gestores dos agentes de mercado. Não se nega que uma parte considerável das normas tiveram e tem a intenção de desenvolver o segmento. Contudo, a multiplicidade de tratamento legal não cria um ambiente de segurança jurídica.

Especificamente, com relação à energia elétrica, essa situação torna-se ainda mais duvidosa. Isso porque se comparado a outros setores econômicos, esse mercado específico é multilateral, contando, ainda, com episódios tão peculiares que não se compara a outras indústrias, tais como: monopólios naturais; rateios de riscos no mercado livre; tratados internacionais de geração; quotas obrigatórias; submercados e um sistema interligado nacional.

As alterações legais e a pulverização de normas afetam sobremaneira o setor de energia elétrica, por conta de sua multilateralidade que abrange toda a cadeia produtiva, na medida em que geração, transmissão e distribuição estão interligados.

Por isso, o desenvolvimento de um código brasileiro de energia elétrica pode ser um bálsamo para o segmento, tal como proposto pela comissão especial da Câmara dos Deputados (Requerimento nº 02/2019 - deputado federal Arnaldo Jardim). Entretanto, a unificação de leis não pode engessar a dinâmica de um mercado que vivencia mudanças tecnológicas gigantescas e está se adaptando a uma nova sistemática disruptiva de se fazer negócios.

Um anteprojeto de lei (nº 1/2019) foi apresentado no último dia 9 para recebimento de contribuições da sociedade civil e agentes do setor. O texto, infelizmente, não traz qualquer novidade ou inovação, transparecendo apenas uma compilação do que já existe. Obviamente, tratava-se de um conteúdo prévio, embora, fosse esperado mais dinamismo.

A estrutura desse código deve integrar e englobar toda produção e consumo, a fim de propiciar um tratamento igualitário entre todos os envolvidos. Além

disso, precisa viabilizar o aperfeiçoamento do mercado e permitir a absorção de recursos inovadores e tecnológicos, a fim de não correr o risco de se transformar em um obstáculo evolutivo e na contramão dos esforços de modernização do setor elétrico.

Por outro lado, a elaboração desse projeto deve ter como premissa a coerência com a disposição de outras codificações, a exemplo do Código Civil e da Lei de Recuperação Judicial e Falência. Essa aproximação permitirá que o segmento de energia seja amplamente compreendido pela sociedade civil, não obstante a sua especificidade, preparando caminho para a abertura do mercado de livre de energia a todos os consumidores.

Seria prudente, inclusive, ao legislador dar tratamento claro e definido a forma de acesso, estabelecendo condições e os meios adequados. Mas o tratamento da inadimplência também não pode ser esquecido por seu impacto relevante no ambiente multilateral, cujos riscos são rateados entre os participantes credores.

A adequação à Lei de Recuperação Judicial e Falência também é de primeira ordem. É inegável que se trata de um insumo fundamental para qualquer atividade empresarial. Contudo, o acesso dessas companhias, em situação de recuperação financeira, ao mercado pode agregar um risco demasiado grande, se não existir previsão de um tratamento privilegiado aos créditos decorrentes de contratos de venda e compra de energia elétrica.

Outro ponto sensível e de importância para a coexistência de uma codificação setorial é sua consonância com o Código de Defesa do Consumidor, sem o qual a sua legitimidade fatalmente será impugnada na esfera judicial. Nestes termos, é essencial conter todas as diretrizes que orientam a legislação consumerista, prezando por um equilíbrio entre fornecedor e cliente, de modo a ensejar uma relação madura e confiável entre agentes econômicos e sociedade civil.

Nos tempos em que a geração distribuída tem ganhado mais espaço e transformado o consumidor em um tipo de agente independente, o código brasileiro de energia elétrica não pode se furtar de um tratamento pormenorizado sobre o assunto. A chave é estabelecer qual a caracterização daquele indivíduo que passar a ser um fornecedor de energia elétrica ao sistema e, ao mesmo tempo, mantém-se como destinatário final de um serviço.

Enfim, a coalização e unificação da legislação específica do segmento de energia elétrica poderá gerar bons frutos, especialmente ao tornar mais claro e compreensível o ambiente de negócios, fornecendo segurança jurídica ao investidor e agentes econômicos, bem como assegurando direitos à sociedade e aos consumidores em geral.

Carlos Augusto Tortoro Jr. é sócio do Tortoro, Madureira e Ragazzi Advogados e advogado responsável pela área de energia e contencioso estratégico

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Novo front

Direto da fonte

Eleições argentina e uruguaia à parte, o Brasil tem um “papo sério” com o Paraguai em maio para definir o novo preço do pacote de energia produzida por Itaipu que os brasileiros comprem de Assunção. É com esse prazo em mente que a Comissão de Minas e Energia faz hoje audiência pública sobre o tema. O general Joaquim Silva e Luna, diretor-geral da Itaipu Binacional, deverá estar lá.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título: CPI quer consulta sobre reestatização da Vale

Coluna do Estadão

Comandada pela esquerda na Câmara dos Deputados, a CPI de Brumadinho vai propor a realização de um plebiscito sobre a reestatização da Vale. “A população tem o direito de decidir se o lucro deve ou não ser revertido para a sociedade”, afirma o presidente da comissão, Júlio Delgado (PSB-MG). Em seu relatório, Rogério Correia (PT-MG) diz ser necessário questionar os benefícios desse tipo de mineração, finita, que não compartilha lucros com os municípios e deixa as populações expostas a tragédias ambientais como as de Brumadinho.

» O caminho. A recomendação do relatório da CPI, que tem 595 páginas e deve ser lido nesta terça (29), é dar prosseguimento ao Projeto de Decreto Legislativo 522/2019: autorização para a realização do plebiscito.

» Para lembrar. A tragédia de Brumadinho ocorreu em 25 de janeiro deste ano, quando uma barragem da Vale se rompeu na cidade mineira. Até ontem, 251 corpos haviam sido encontrados e 19 pessoas continuavam desaparecidas.

» Exemplo. Há expectativa de abertura de processo contra a Tüv Sud (empresa que deu o parecer atestando a estabilidade da barragem) na Alemanha. Uma comitiva de parlamentares e familiares entregou na semana passada uma denúncia ao parlamento alemão.

» Com a palavra. Em nota, a Vale diz considerar fundamental uma conclusão pericial, técnica e científica sobre as causas do rompimento antes de serem apontadas responsabilidades. “A Vale e seus empregados permanecerão colaborando ativamente com as autoridades competentes.”

JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA

PRONTO, FALEI!

João Roma - Deputado federal (PRB-BA)

“Espanta o silêncio da comunidade internacional sobre o óleo nas praias do Nordeste. Cadê a França? Cadê o G7? Só se manifestam sobre a Amazônia?”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Camila Turtelli / BRASÍLIA

Título: CPI de Brumadinho pedirá indiciamento de 22 por homicídio

Entre eles está o ex-presidente da Vale, Fabio Schvartsman, além de engenheiros e terceirizados

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara sobre o desastre em Brumadinho se reúne hoje para apresentação e discussão do parecer do relator, deputado Rogério Correia (PT-MG). O texto vai pedir o indiciamento da Vale e da empresa alemã Tüv Süd por crime socioambiental e corrupção empresarial. A tragédia, em 25 de janeiro, deixou 252 pessoas mortas e outras 19 desaparecidas. “Eles agiram em conluio e esconderam dados do governo”, disse Correia. “Além de crime ambiental, vão ser indiciados diretores, até por homicídio doloso.” O relatório pede o indiciamento por homicídio doloso e lesão corporal dolosa de 22 diretores da Vale, entre eles o ex-presidente da mineradora, Fabio Schvartsman, além de engenheiros e terceirizados.

O reservatório que se rompeu já estava inativo, segundo a Vale, mas continha 12,7 milhões de metros cúbicos de rejeito de mineração. O material atingiu funcionários da Vale e moradores da região. Segundo Correia, na comissão, hoje, ele também fará a denúncia de outras 20 barragens com risco de rompimento, todas em Minas Gerais. Na última segunda-feira, o relator e o presidente do colegiado, deputado Júlio Delgado (PSB-MG), estiveram em Berlim para entregar documentos e dados técnicos a autoridades alemãs que possam auxiliar na apuração de culpados pelo rompimento. A alemã Tüv Süd foi responsável pela emissão de laudo de estabilidade da estrutura.

Em setembro, a CPI da Assembleia Legislativa de Minas (ALMG), que também apura o rompimento da barragem, pediu o indiciamento do presidente da Vale por homicídio com dolo eventual. O relatório afirmou que a Vale sabia que a barragem operava com fator de segurança abaixo do previsto pelas normas internacionais do setor. Correia disse que reuniu em seu relatório o trabalho desta e de outras comissões criadas para investigar o colapso da estrutura. “Fizemos um trabalho conjunto, tivemos a colaboração. Tínhamos muitas peças”, disse. Ele espera que o relatório seja aprovado hoje, mas disse que já há outra data reservada para votação, o dia 5, caso seja feito algum pedido de vista.

A Polícia Federal (PF) indiciou, em setembro, sete funcionários da Vale e seis da Tüv Süd por falsidade ideológica e produção de documentos falsos. As investigações apontaram que todos os funcionários da Vale indiciados tinham conhecimento sobre problemas de estabilidade e não fizeram nada para evitar a tragédia. Procurada, a Vale informou que não teve acesso ao relatório final da CPI. “A empresa considera fundamental que haja uma conclusão pericial, técnica e científica sobre as causas do rompimento da barragem B1 antes que sejam apontadas responsabilidades”, disse, por meio de nota. A empresa informou, ainda, que colabora com as investigações. A Tüv Süd não foi localizada.

Mariana. Na sexta-feira, a Samarco conseguiu todas as licenças ambientais necessárias para reiniciar suas operações. As atividades da mineradora estavam paralisadas desde o rompimento de uma barragem em Mariana (MG), em 2015. O desastre deixou 19 mortos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Paula Felix

Título: MPF volta a pressionar a União

Óleo:

Procuradorias dos Estados do Nordeste vão ao TRF-5, alegando que plano nacional de emergência não foi acionado para conter derrame

O Ministério Público Federal recorreu, ao Tribunal Regional Federal da 5.^a Região (TRF-5), no Recife, da decisão que negou o pedido feito pelas Procuradorias dos nove Estados do Nordeste para obrigar o governo federal a acionar, em 24 horas, em toda a costa da região, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC). Segundo o Ministério Público Federal, ao contrário do que alega a União, tal plano não teria sido colocado em prática. No recurso, são listados dez pontos que indicam que o PNC ainda não foi acionado, nos moldes da legislação, para combater as consequências do derramamento de óleo.

O documento é assinado por procuradores dos nove Estados do Nordeste. Segundo eles, um dos pontos que indicaria que o PNC não foi acionado seria o não reconhecimento formal da “significância nacional do desastre ambiental”, como prevê o protocolo. A Procuradoria diz que tal ação é fundamental para “permitir a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para ampliar a capacidade de resposta (...), minimizar danos ambientais e evitar prejuízos para a saúde pública”.

“O PNC não foi acionado, muito menos implementado no País de acordo com a legislação e com a base científica que o fundamenta. Para além do desastre ambiental, tivemos o desastre de gestão da União que, até este momento, insiste em não fazer o que precisa ser feito”, disse o procurador da República Ramiro Rockenbach, ontem, no MPF em Sergipe. As Procuradorias da região haviam se reunido para ajuizar, no dia 18, uma ação civil pública na qual alegavam que a União se mantinha “omissa, inerte, ineficiente e ineficaz” mesmo com a “extrema gravidade” do derramamento.

O recurso reforça os pedidos para que a União seja obrigada a acionar em 24 horas o Plano Nacional de Contingência. O texto solicita ainda que um representante de cada órgão estadual de Meio Ambiente do Nordeste integre o comitê de suporte ao plano e cada um dos Estados tenha autonomia para fiscalizar as medidas.

Improviso. Também procuradora da República, Lívia Tinôco diz que o plano oferece um modelo de gerenciamento de crise. “O que estamos passando como impacto desse dano é uma crise grande, não precisamos e não devemos atuar na base do improviso. Precisamos de uma uniformização se deve ter o uso público das praias, porque tem Estado proibindo e outros não declaram se há praias impróprias.” Lívia afirma ainda que é necessário estabelecer um padrão

para a limpeza do litoral. A reportagem entrou em contato com o Ministério do Meio Ambiente ontem, mas não obteve resposta. Quando a ação foi ajuizada, a pasta afirmou que “as medidas do PNC e do Grupo de Acompanhamento e Avaliação estão em pleno funcionamento, com mais de 1.000 homens, helicópteros, aviões e barcos, tudo empregado nas operações de retirada de óleo venezuelano das praias do Nordeste, desde o início de setembro.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/10/2019

Seção: Metrópole

Autor: Priscila Mengue

Título: Militares ignoram orientações de proteção

Integrantes de Marinha e Exército foram vistos com parte do corpo exposta; órgãos dizem seguir orientações

Bermuda, galocha, camiseta ou regata, máscara e luva. Essas são as vestimentas e equipamentos utilizados por integrantes do Exército e da Marinha na retirada de óleo das praias do Nordeste. Os itens não seguem orientação para a remoção manual divulgada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que prevê macacão de polietileno e óculos de proteção e, no caso de trabalhos sobre pedras, capacete. A situação se repete entre funcionários e terceirizados ligados às prefeituras e, até mesmo, entre os apenados do Estado de Pernambuco, que atuaram nas praias.

No âmbito municipal, o Estado flagrou trabalhadores manuseando o óleo sem camisa ou com as mãos. A substância é considerada tóxica e, nos últimos dias, tem crescido o número de relatos de pessoas que tiveram reações após contato com o óleo. Procurada, a Marinha afirmou que os militares “utilizam o equipamento apropriado”. Já o Comando Militar do Nordeste afirmou que “vem orientando seus militares para utilizar, além das luvas, máscaras e botas de proteção, o uniforme camuflado com as mangas arriadas, a fim de proteger todo o corpo”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/10/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Fundo árabe eleger Brasil como vitrine para seus negócios a partir de 2020

Em busca de maior segurança jurídica e otimistas quanto à reforma tributária, investidores avaliam licitações de estradas e aeroportos

Ana Esteia de Sousa Pinto

Abu Dhabi Apesar de criticar a “hesitação dos interlocutores brasileiros” que levaram a perdas, o vice-presidente executivo do grupo Mubadala, Waleed Al Muhairi, afirmou que o fundo soberano deve elevar seus investimentos no Brasil.

A afirmação foi feita em painel que discutiu a possibilidade de os Emirados Árabes Unidos serem porta de entrada para o acesso do Brasil ao mercado regional e oportunidades de infraestrutura, neste domingo (27), em Abu Dhabi.

Um dos dois grandes fundos soberanos do país árabe, o Mubadala entrou no Brasil em 2011, com participação em empresas do grupo X, de Eike Batista. Apesar da queda do empresário, o fundo seguiu sócio em negócios como o Porto Sudeste, em Itaguaí (RJ). Neste ano, integrou o consórcio que comprou da Odebrecht a concessionária Rota das Bandeiras (da rodovia Dom Pedro 1º, que liga o Vale do Paraíba a Campinas).

Outra tentativa foi a de obter o controle da Invepar, que investe em rodovias, mobilidade urbana e aeroportos, como o de Guarulhos. O Mubadala fez empréstimo-ponte para a companhia e tem enfrentado problemas com o negócio. “Mas isso [a hesitação brasileira] pode melhorar. Estamos aqui como amigos. Vemos o Brasil como economia em crescimento. Será um dos principais destinos para o Mubadala nos próximos de 5 a 10 anos”, disse Al Muhairi no evento, promovido pela Apex.

A Mubadala Capital (braço gestor para o fundo e terceiros) administra no Brasil atualmente cerca de US\$ 2 bilhões (R\$ 8 bilhões) investidos em portos, estradas, mineração, imóveis e entretenimento.

Segundo o executivo, o fundo está com apetite. “Queremos ter uma exposição maior à economia brasileira. Se virmos algo de interessante, vamos estudar e levar adiante.”

Ele não anunciou, porém, planos concretos. Procurado na semana passada, o escritório brasileiro não quis dar entrevista sobre planos no Brasil.

Atividades ligadas ao setor de óleo e gás brasileiro, como logística e refino, infraestrutura logística e construção civil devem ser alvos do fundo, segundo advogados que atuam em grandes negócios de investimento estrangeiro no Brasil.

Neste ano, o Mubadala participou de consórcio para a compra da TAG, rede de gasodutos do Nordeste, mas não venceu a concorrência.

Outras obras que podem atrair fundos são a ligação rodoviária entre Piracicaba e Panorama, a ser licitada em 2020 e que pode chegar a R\$ 16 bilhões, e rodadas de aeroportos previstas para 2020 e 2021, que, juntas, podem render mais de R\$ 10 milhões e incluir Congonhas e Santos Dumont.

No debate, o executivo do fundo citou como avanço a reforma da Previdência, apresentada pelo governo brasileiro como evidência de compromisso com a mudança no ambiente econômico, mas acrescentou que é necessária uma reforma tributária no país.

“Estamos assistindo a uma transição do Brasil para um ambiente incrivelmente amigável para investidores, e isso nos anima muito”, afirmou Al Muhairi, que é também diretor-executivo de investimentos alternativos e infraestrutura no fundo soberano.

O presidente Jair Bolsonaro fez um discurso no seminário pela manhã, no qual se disse “de coração aberto e braços estendidos” para investimentos estrangeiros no país.

A Folha assistiu ao seminário pela manhã, mas, por causa da agenda presidencial, os jornalistas não assistiram ao debate do qual participou o grupo Mubadala. O conteúdo, citado na imprensa local, foi confirmado por participantes.

O Adia (Abu Dhabi Investment Authority), cujos ativos chegam a US\$ 828 bilhões, também participou de reunião com Bolsonaro, promovida pela Firjan (federação industrial fluminense), segundo o embaixador brasileiro nos Emirados, Fernando Igreja.

Diferentemente do Mubadala, o Adia aplica em ações e papéis de dívida. O fundo tem cerca de 15% do seu capital investido em países emergentes e não revela quanto disso está na Bolsa brasileira.

Mas o Adia busca segurança jurídica. O fundo soberano tem tentado convencer o Brasil a adotar acordo que o país já tentou fazer nos anos 1990, mas não conseguiu ratificar no Congresso: o acordo de proteção do investimento.

Em vez disso, o país tem firmado os chamados acordos de facilitação de investimento (ACFI) —um deles, em março, com os Emirados.

Para o fundo soberano, o acordo de proteção é mais eficaz para mitigar riscos. Segundo Igreja, os fundos priorizam investimentos de longuíssimo prazo e

muito seguros. No seminário da Apex, o governo distribuiu cartilha em inglês detalhando marcos legais de investimentos e negócios.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Governo estuda até fim do monopólio da Petrobras para reduzir preço de voo

Estatat domina venda do combustível de avião, que com tributos impacta em 30% valor das passagens

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro estuda até a quebra do monopólio da Petrobras na venda do querosene de aviação como forma de reduzir os custos para as empresas aéreas. A iniciativa pretende atrair estrangeiras para ampliar rotas e derrubar o preço das passagens no país.

Nesta segunda-feira (28), o ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e o secretário nacional de Aviação, Ronei Glanzmann, em conversas com representantes do setor em um evento de aviação em Brasília, sinalizaram que pretendem promover essas medidas para derrubar os custos que mais influenciam o preço das passagens.

Entre eles estão a variação cambial e a tributação (incidência de ICMS, PIS e Cofins).

Segundo cálculos da Abear, associação que representa as companhias, hoje os custos de uma companhia impactam em 30% o preço de uma passagem. No exterior, o peso é de 22%.

A diferença faria com que uma empresa de baixo custo, como a Ryanair, operasse no Brasil vendendo passagens pelo menos 27% mais caras do que nos outros países onde a empresa tem voos regulares, segundo estimativas das companhias nacionais.

As empresas afirmam que 90% dessa diferença de custos se deve à cobrança do ICMS e o restante, à política de preço da Petrobras que, como no mercado de distribuição de gás, detém o monopólio do refino e da distribuição do combustível de aviação.

Recentemente, por meio de acordo com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), a Petrobras aceitou vender sua rede de distribuição de gás para que o mercado ganhe novos competidores e, assim, o preço possa cair.

No caso do querosene de aviação, porém, ainda não está claro se a solução será parecida, segundo pessoas que participaram das conversas com o ministro Tarcísio. Elas falaram com a reportagem sob a condição de anonimato.

Na equipe econômica, a preferência é pela abertura de mercado, em vez de uma interferência na política de preços da estatal. Atualmente, o querosene de aviação tem repasses mensais das variações dos insumos em dólar.

No que se refere à tributação, Abear e companhias vêm negociando reduções consistentes de ICMS com governadores. Em fevereiro, por exemplo, São Paulo reduziu a alíquota de 25% para 12%, abrindo mão de cerca de R\$ 300 milhões em arrecadação.

Em contrapartida, houve um aumento de 490 voos que devem trazer de volta essa receita para o caixa do governo paulista em um ano e meio, segundo projeções do setor

Isso porque, com a redução do imposto, por exemplo, muitas companhias que antes abasteciam em locais com alíquotas menores passaram a fazer o procedimento nos aeroportos de São Paulo.

Hoje, 18 estados mantêm acordos de redução de ICMS. Distrito Federal, Ceará, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul foram os mais relevantes.

Nos estados do Sul, com a redução do imposto houve contrapartida com aumento de rotas pelas companhias. Dezoito cidades passaram a ter voos regulares, sendo dez no Paraná e oito no Rio Grande do Sul.

Embora o maior peso seja do imposto estadual, o governo federal também sinalizou para o setor que poderá acabar com a cobrança de PIS e Cofins sobre o combustível de aviação. Caso seja implementado, significará R\$ 0,07 por litro amenos, cerca de R\$ 80 milhões por ano.

Consultado, o Ministério de Infraestrutura disse que os assuntos estão na “agenda interna de trabalho” e que estão ainda longe de serem medidas anunciadas.

O ministro Tarcísio antecipou somente que uma medida provisória para estimular o turismo deverá prever o fim da cobrança de um adicional de US\$ 18 que incide sobre a tarifa de embarques internacionais.

Nesta segunda, o secretário Glanzmann reuniu-se com executivos da mexicana Volaris, da americana Jetblue e da chilena Sky durante o evento do setor As empresas querem entrar no Brasil.

Flybondi, Jetsmart, Norwegian também estão interessadas, mas não tinham conversas com o secretário.

Nas reuniões com as companhias, Glanzmann disse que o processo de obtenção de autorização e registro está rápido.

O grupo Globália, dona da Air Europa, por exemplo, obteve sua licença em menos de duas semanas. E sinalizou com o pacote de medidas de redução de custos.

As empresas estão preocupadas em fazer as contas para avaliar se, com as estruturas de custo no Brasil, conseguirão cumprir sua meta de oferecer passagens baratas com serviço de qualidade.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/10/2019

Seção: Especial

Autor: João Valadares

Título: Procuradoria recorre à Justiça e diz que plano antióleo não foi acionado

Documento lista dez pontos para mostrar que governo federal ignorou legislação

Recife - Em recurso encaminhado ao TRF-5 (Tribunal Federal da 5ª Região) na manhã desta segunda-feira (28), o MPF (Ministério Público Federal) lista dez pontos para mostrar à Justiça que a União ainda não acionou o Plano Nacional de Contingência Para Incidentes de Poluição por Óleo (PNC) nos termos da legislação.

Desde o dia 30 de agosto, manchas de óleo já atingiram 249 pontos em 92 municípios nos nove estados do Nordeste. No dia 18 de outubro, o MPF ajuizou ação na Justiça Federal de Sergipe e obteve decisão desfavorável. O pedido desta segunda-feira é para que a decisão anterior seja revista.

O documento, assinado por procuradores da República dos nove estados do Nordeste, alega que, para que o plano seja colocado em funcionamento, se faz necessário o reconhecimento de maneira formal “da significância nacional do desastre ambiental”.

Isso, segundo o MPF, ainda não foi feito. O MPF diz que o comitê de suporte do PNC, composto por 17 órgãos, entre eles a Casa Civil da Presidência da República e outros ministérios do governo federal, ainda não foi sequer reunido. Segundo o recurso judicial, os nove estados nordestinos não estão

participando, como determina o PNC, do comitê. Cada estado teria direito a um representante de cada órgão estadual ambiental.

Como mostrou reportagem da Folha, os comitês que faziam parte do PNC foram extintos em abril pelo governo Bolsonaro. Os procuradores da República destacam também que o plano prevê a garantia da informação e transparência. Contrariando tal garantia, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) está desautorizado a dar entrevistas e repassar informações à imprensa, diz o recurso. Além disso, somente na quinta (24) o governo lançou um site oficial com dados sobre as manchas. Conforme o MPF, os instrumentos previstos no PNC, fruto de estudos multidisciplinares de caráter técnico e científico, são ignorados ou desconhecidos pela União.

Há também a alegação de não utilização das ferramentas adequadas para proteção de áreas sensíveis e vulneráveis. O MPF contesta a informação repassada por órgão ambientais federais de que as barreiras de proteção feitas com boias não teriam eficácia neste caso. Os procuradores afirmam, ao contrário do governo federal, que não há ineditismo em relação ao tipo de óleo que atinge a costa do litoral nordestino. “A União tem afirmado que esse óleo, mais denso, subsuperficial, é inédito, mas não é.”

São citados como exemplos vazamentos na décadas de 1980, 1990 e 2000 na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e no Tebar (Terminal Aquaviário Almirante Barroso), em São Paulo. Também é fonte de questionamento o cargo de coordenador operacional, ocupado pela Marinha. A posição só foi instituída, pelo ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente), em 11 de outubro. Tal designação indica o acionamento oficial do plano. O governo federal, por meio da AGU (Advocacia-Geral da União), comunicou que o PNC já está em execução e que os órgãos federais estão trabalhando em conjunto para remover a poluição.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/10/2019

Seção: Artigos

Autor: Gustavo Binenbojm

Título: Populismo regulatório

Populismo é o regime político que planta uma mentira doce no presente para colher uma verdade amarga no futuro. Pensa na próxima eleição, e não nas próximas gerações. Quando a conta chega, Inês é morta. Os populistas já se foram, restando à sociedade arcar com as consequências desastrosas da sua irresponsabilidade. Nas ditaduras, botamos a culpa no outro. Nas democracias, a culpa é de um autoengano coletivo. Ou seja, de todos e de cada um de nós.

Congelar preços, maquiar números da inflação, inventar pedaladas fiscais para melhorar o desempenho das contas públicas são artimanhas comuns aos regimes populistas aqui e mundo afora. Mas o que chama atenção no Brasil, já há alguns anos, é o uso populista dos instrumentos de gestão pública da economia, em fenômeno que poderíamos chamar de populismo regulatório. Dou exemplos.

O custo de geração da energia elétrica por usinas térmicas é bem mais alto do que por hidrelétricas. Por isso, elas só são acionadas quando o nível das represas está muito baixo e há risco de crise no abastecimento. Para evitar que o custo adicional chegasse inteiramente aos consumidores finais —o que seria negativo politicamente para o governo, que almejava a reeleição em 2014, e ainda pressionaria a inflação já em alta —, Dilma Rousseff repartiu-o com geradores e comercializadores de energia. Ou seja, foram obrigados a pagar a conta adicional nesse período os parques eólicos, as pequenas e grandes hidrelétricas e as próprias térmicas. Como a mudança caracterizava rompimento de contratos, os prejudicados foram à Justiça e obtiveram liminares para não pagar o adicional. O nível de insegurança jurídica foi muito elevado, desestimulando investimentos e impedindo a expansão da matriz energética do país. Passados alguns anos, o consumidor foi chamado a pagar a conta, só que alguns bilhões de reais mais cara.

A Linha Amarela é uma rodovia municipal concessionada à iniciativa privada há muitos anos. É natural que haja divergências sobre o valor correto do pedágio em contratos de longo prazo, sobretudo quando o poder público exige obras de conservação e expansão da concessionária. Para isso, existem mecanismos contratuais de reequilíbrio da tarifa, alongamento de prazos e compensação dos usuários. Eis que, de olho na eleição do próximo ano, o prefeito do Rio de Janeiro determinou o levantamento de cancelas e até o cancelamento da concessão, com a depredação das praças de pedágio. Todas as decisões do alcaide foram suspensas pela Justiça. O resultado será, inevitavelmente, pedágio mais alto a ser cobrado dos usuários em breve.

Em meio a uma greve nacional de caminhoneiros que causou a paralisação da economia e desabastecimento nos postos de combustíveis, Michel Temer editou, em 2018, uma medida provisória —posteriormente convertida em lei — que tabelou o frete rodoviário no país. Feita de afogadilho para aplacar a crise, sob chantagem de uma categoria econômica poderosa, a norma tem produzido como resultados o aumento dos custos da atividade produtiva (indústria e agronegócio), o crescimento parco da oferta de empregos e o aumento de preços ao consumidor final. Pagamos todos, ao final, porque uma categoria tem uma regra especial que revoga, só para ela, a lei da oferta e da procura, protegendo-a dos riscos naturais do negócio.

A maturidade democrática de uma sociedade é alcançada quando o povo tem informação e consciência clara sobre as consequências de suas escolhas. Palavras de ordem podem animar as massas em protestos de rua, mas o que faz a diferença, em médio e longo prazos, é encarar a realidade como ela é. Não há vantagem alguma em dar crédito a aventureiros ou viver de ilusões. Também na economia, só a verdade liberta.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO E LUANA RIBEIRO* SALVADOR E RIO

Título: Após 60 dias, manchas de óleo crescem e dependem da ação de voluntários

Governo terá de mostrar à Justiça se providenciou estudos sobre o impacto da contaminação por petróleo na saúde

Como o óleo, as comunidades atingidas por ele estão à deriva, 60 dias após o surgimento das manchas. Gente que construiu a vida sob a benção do mar agora teme o que virá nas ondas, já que o óleo continua a aparecer em praias do Nordeste.

Foi com o trabalho na pesca e na mariscagem que Ana Paula Santos, de 47 anos, se tornou a primeira pessoa de sua comunidade a se formar numa universidade e criou três filhos. Formada em Ciências Sociais, hoje é líder da comunidade de marisqueiros, na Ilha da Croa, em Barra de Santo Antônio, Alagoas. Quando o óleo chegou lá, no início do mês, pescadores e marisqueiros deixaram puçás e redes de lado e foram para praias, manguezais e recifes tirar o óleo.

—Muitas famílias correm o risco de passar fome. As pessoas estão com medo de comprar marisco e peixe, e os governos parecem não se importar. Não recebemos informações —diz Ana Paula, que articula a criação da primeira rede de mulheres pescadoras da Costa dos Corais, paradisíaca faixa de cerca de 200 quilômetros de litoral entre Alagoas e Pernambuco, onde fica Barra de Santo Antônio.

Pescadores e marisqueiros tiraram as manchas da areia, mas o óleo ainda chega aos manguezais da foz do Rio Santo Antônio Grande e, com ele, a incerteza sobre o futuro.

—As redes têm vindo sem camarão, e o cultivo de ostras foi atingido. As mulheres marisqueiras estão com medo de ir para o manguezal coletar e depois, na feira, não vender nada—conta ela.

Ontem, na Praia de Poças, em Conde, no norte da Bahia, o pescador e marisqueiro Janielson Oliveira de Souza, 39 anos, comemorava que o Corpo de Bombeiros e grupos de voluntários há dois dias finalmente tentavam limpar o “óleo velho”, que chegou no início do mês e atingiu areia, recifes de corais e manguezais. Até domingo, os pescadores e marisqueiros eram os únicos a remover o material. A sensação era de abandono, conta.

— A situação é ruim. Os corais estão muito sujos — lamenta Souza, que nunca teve outro lar além de Poças.

O óleo atingiu as poças — piscinas naturais — que dão nome à praia e servem de habitat para o espichado, um crustáceo nativo, cuja carne saborosa costumava atrair gente de longe para “mariscar”. Até a chegada do petróleo, os pescadores ganhavam a vida de dia no mar e à noite na areia, na mariscagem. “Era muita fartura”, explica o pescador.

As redes ainda voltam com peixe, mas, como em outras partes do Nordeste, não há fregueses para comprar. Na casa de Souza, a família está com medo porque não sabe se há contaminação e, mesmo que não haja, se haverá fregueses.

Em Salvador, pouco mais de duas semanas após a chegada de petróleo cru à cidade, em 10 de outubro, o cenário na Praia da Paciência, no bairro do Rio Vermelho, é de aparente normalidade. Descendo à faixa de areia, porém, começam a aparecer as marcas da tragédia ambiental que atingiu 254 localidades de 92 municípios nos nove estados do Nordeste, de acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama): pelotas do óleo, viscoso e brilhante ao sol, estão espalhadas ao longo da praia.

—Essa praia foi atingida por uma mancha grande de óleo, então hoje a gente tem um cenário bem complexo. Tem o impacto nos corais, há várias entranhas, buraquinhos, o sedimento do óleo se molda conforme o terreno — explica o administrador Miguel Sehbe Neto, 37 anos, um dos idealizadores do Guardiões do Litoral, grupo que agrega voluntários para fazer a limpeza dos locais aos quais o óleo chegou.

Foram criados um perfil no Instagram para divulgar os mutirões e uma campanha para arrecadar fundos, voltada para a compra de equipamentos e ferramentas e custeio de despesas como transporte. Em quatro dias, foram arrecadados pouco mais de R\$ 57 mil, quase o triplo do valor pedido on-line, R\$ 20 mil.

AÇÃO FEDERAL

O governo Bolsonaro tem até hoje para provar à Justiça Federal se providenciou estudos sobre o impacto da contaminação por petróleo na saúde das pessoas que consomem peixes, crustáceos e moluscos eventualmente contaminados. A determinação é da juíza federal Telma Maria Santos, da 1ª Vara Federal em Sergipe, no curso da ação civil pública movida por procuradores da República dos nove estados do Nordeste.

O Ministério Público Federal (MPF), na ação que tramita em Sergipe, pediu que a União acione imediatamente o Plano Nacional de Contingência. A partir dos documentos fornecidos pelo governo, a juíza entendeu que o plano foi acionado e está em curso. Os procuradores apontaram dez pontos que provariam a inexistência do acionamento do plano e recorreram contra a primeira decisão judicial ontem, junto ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região.

Procurado, o Ministério do Meio Ambiente não respondeu à reportagem.

Especial para O GLOBO

*Tragédia em falhas

O Ministério do Meio Ambiente ignorou uma nota técnica elaborada por um analista da pasta, que alertou que a extinção de três comitês poderia fragilizar a reação da União diante de incidentes de poluição por óleo. O documento foi assinado no dia 26 de abril, 15 dias após a publicação do decreto 9.759/2019, assinado por Jair Bolsonaro, que revogou colegiados considerados “supérfluos”. A tesourada atingiu os comitês concebidos pelo decreto de 2013 que criou o PNC.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Catarina Loiola/Cristiane Noberto

Título: Suspeita de vazamento ao transferir óleo

Subiu para 19 o número de municípios na Bahia com manchas de petróleo. Na praia de Comandatuba, pescadores encontraram cerca de 40 quilos (kg) do óleo flutuando, de acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Desde agosto, o vazamento de petróleo cru atinge pelo menos 249 localidades em 92 municípios de nove estados do Nordeste. Segundo oficiais portuários, o derramamento ocorreu durante uma transferência de óleo de um navio para outro, com objetivo de trocar a bandeira

venezuelana para a de um país que não esteja embargado pelos Estados Unidos, a fim de entrar naquele país. A Marinha brasileira assegurou que existem recursos para fazer a identificação da origem do vazamento, mas as informações estão sob sigilo de investigação.

Apesar de ser a maior tragédia ao ecossistema marinho do país, as manchas não afetaram os frutos do mar provenientes da região, garantiu o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Em nota, a pasta informou que não foi detectada qualquer anormalidade no pescado utilizado por estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou unidades de produção de animais aquáticos marinhos. Caso isso ocorra, “a matéria-prima não será utilizada para processamento nem distribuída para o consumo”.

De acordo com Glicério Lemos, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia (ABIH), o vazamento também não interferiu na taxa de ocupação do setor hoteleiro do estado, que até outubro chegou a 68%, sete pontos percentuais a mais do que em 2018. Ele afirmou que a força-tarefa das prefeituras das praias atingidas amenizou o impacto e assegurou que a atividade não fosse comprometida. “Todos nós estamos muito apreensivos e preocupados, porque ninguém sabe se as manchas vão voltar e afetar o turismo”, disse Lemos.

Hugney Velozo, presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagem do Distrito Federal (ABAV-DF), afirmou que o setor está cauteloso, mas não teve quedas nas vendas ou cancelamentos de pacotes de viagem. “Neste período, geralmente, a procura não é das melhores, por ser baixa temporada. Até o período de férias, a expectativa é de que (o problema) tenha sido solucionado”, destacou. Há algumas semanas, no entanto, os aplicativos para compra de passagens aérea dispararam anúncios com queda nos preços de até 30% para a região. Segundo Velozo, isso tem a ver com oferta e procura. “Pode ser que tenha um certo impacto, mas não na dimensão que tem sido divulgada”, avaliou.

No escuro

O Brasil não consegue identificar a fonte do vazamento do óleo. Após análise e comparação dos tipos de petróleo de outros países, a Petrobras concluiu que o produto é venezuelano e vem por baixo da superfície, o que dificulta o trabalho de retirada do oceano. “Desde que a Petrobras foi acionada, recolhemos mais de 340 toneladas de resíduo e continuamos acompanhando”, afirmou recentemente Eberaldo Neto, diretor de Assuntos Corporativos da estatal.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), são realizadas ações direcionadas à fauna marinha e de orientação sobre a destinação dos resíduos e a remoção do óleo, uma vez que

ele não flutua e os métodos convencionais são ineficazes.

Em 20 de agosto de 2010, uma área equivalente a 11 vezes a cidade do Rio de Janeiro, no golfo do México, foi palco de um desastre semelhante. A plataforma Deepwater Horizon, da petrolífera inglesa British Petroleum (BP), explodiu e provocou a morte de sete trabalhadores e o vazamento de cerca de 5 milhões de barris de petróleo no mar.

MME / ASCOM .